

SELETIVIDADES NO ENSINO SUPERIOR: juventudes populares entre Brasil e Argentina***SELECTIVITY IN HIGHER EDUCATION: working-class youth in Brazil and Argentina***Leonardo Augusto Trindade de Miranda¹ - UEPA **RESUMO**

Este artigo analisa comparativamente o acesso e a permanência de juventudes populares no ensino superior brasileiro e argentino, a partir de uma perspectiva decolonial. Com base em revisão bibliográfica, análise documental e observação participante, discute-se como a colonialidade do poder, do saber e do ser estrutura desigualdades educacionais em contextos formalmente democráticos. Identifica-se, no Brasil, uma seletividade antecipada mediada por exames de acesso, enquanto na Argentina a exclusão tende a ocorrer ao longo da trajetória universitária, especialmente na permanência. Conclui-se que distintos modelos institucionais produzem mecanismos específicos de exclusão, indicando que a democratização da educação superior exige políticas articuladas de acesso, permanência e reconhecimento das trajetórias das juventudes populares.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Decolonialidade; Educação Superior; Brasil-Argentina.

ABSTRACT

This article comparatively analyzes the access and retention of low-income youth in Brazilian and Argentine higher education from a decolonial perspective. Based on a literature review, document analysis, and participant observation, it discusses how the coloniality of power, knowledge, and being structures educational inequalities in formally democratic contexts. In Brazil, early selectivity mediated by entrance exams is identified, while in Argentina exclusion tends to occur throughout the university trajectory, especially in terms of retention. It is concluded that different institutional models produce specific mechanisms of exclusion, indicating that the democratization of higher education requires coordinated policies for access, retention, and recognition of the trajectories of working-class youth.

KEYWORDS: Youth; Decoloniality; Higher Education; Brazil-Argentina.

¹Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). Realizou mobilidade acadêmica (Mestrado Sanduíche) na Universidad Nacional de La Plata (UNLP/Argentina), por meio do Programa Abdias Nascimento (CAPES). É membro do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação e Sociabilidades (JEDS/UEPA). E-mail: miiirandaleo@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5984-2658>

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das atividades desenvolvidas no âmbito do plano de trabalho realizado durante intercâmbio acadêmico internacional na Universidad Nacional de La Plata (UNLP), entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026, por meio do Programa Abdias Nascimento. A pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Código de Financiamento 001, e integrou o projeto “Desigualdades e travessias interculturais: ações integradas de ensino e pesquisa para qualificar a formação na pós-graduação em Educação”.

O estudo analisa as travessias juvenis no acesso e na permanência na Educação Superior a partir de uma perspectiva decolonial. Entende-se por travessias juvenis os processos sociais, históricos e subjetivos que atravessam as trajetórias das juventudes, especialmente no que se refere às transições entre a escolarização básica, o ingresso na universidade, a permanência acadêmica e a inserção social. Tais percursos não se organizam de forma linear nem homogênea, sendo profundamente condicionados por desigualdades estruturais de classe, raça, território e gênero, bem como pelas dinâmicas da colonialidade do poder, do saber e do ser, que produzem hierarquizações e exclusões no interior dos sistemas educacionais.

As trajetórias de juventudes populares rumo ao Ensino Superior na América Latina são marcadas por disputas políticas, históricas e simbólicas, atravessadas por relações de poder que reproduzem desigualdades de classe, raça e território. Em contextos como Belém do Pará e o conurbano bonaerense, o acesso à universidade pública, embora discursivamente democratizado, segue condicionado por mecanismos seletivos que funcionam como filtros sociais.

No contexto argentino, especialmente na Universidad Nacional de La Plata, o ingresso gratuito e irrestrito, consolidado após a reforma da Lei de Educação Superior nº 24.521, em 2015, ampliou significativamente o acesso à universidade, mas não eliminou os processos de exclusão. A seletividade se desloca para o interior da trajetória universitária, manifestando-se por meio de dificuldades de permanência, reprovações recorrentes e elevados índices de evasão nos anos iniciais dos cursos.

Diante desse cenário, o artigo tem como objetivo analisar comparativamente como as juventudes populares vivenciam o acesso e a permanência na Educação Superior no Brasil e na Argentina, buscando compreender de que modo as categorias de colonialidade do poder, do saber e do ser estruturam mecanismos distintos de exclusão nesses contextos nacionais. Parte-se da hipótese de que, embora os dois países apresentem modelos institucionais diferentes de ingresso na universidade pública, persistem formas estruturais de seletividade que incidem de maneira desigual sobre as trajetórias juvenis. No Brasil, essa seletividade opera de forma antecipada, sobretudo por meio dos exames de acesso. Na Argentina, manifesta-se de forma diferida, ao longo da permanência universitária.

Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter analítico-comparativo, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e observação participante. A discussão está organizada em seções que abordam o referencial teórico decolonial, a categoria das travessias juvenis, a análise dos casos brasileiro e argentino e, por fim, uma reflexão comparada sobre os limites e as possibilidades da democratização da Educação Superior no contexto latino-americano.

Foram analisados: (i) a Lei nº 24.521/1995 e suas modificações posteriores, especialmente a reforma de 2015; (ii) documentos institucionais da Universidad Nacional de La

Plata relativos aos regimes de ingresso; (iii) normativas brasileiras relacionadas ao ENEM e ao SISU; e (iv) notas institucionais e relatórios públicos sobre políticas de acesso e permanência. Os documentos foram examinados por meio de análise interpretativa de conteúdo, buscando identificar concepções de acesso, permanência e seletividade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste artigo está ancorado no enfoque decolonial. Nesse sentido, fundamenta-se a partir das produções decoloniais na América Latina, a partir contribuições epistemológicas do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), os quais reconhecem a dicotomia entre colonizador e colonizado, propuseram expor as várias facetas de subjugação e opressão de países e regiões dominadas pela Colonialismo europeu (Quijano, 1992; Maldonado-Torres, 2007; Porto-Gonçalves, 2005).

Colonialidade e educação

A categoria de colonialidade do saber constitui-se como um dos eixos conceituais estruturantes compartilhados pelos intelectuais vinculados ao programa de investigação Modernidade/Colonialidade na América Latina. Essa perspectiva ganha relevo na cena intelectual brasileira a partir das contribuições do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves. Ao prefacionar a edição em língua portuguesa da obra coletiva organizada por Edgardo Lander, que reúne reflexões de teóricos fundamentais como Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Enrique Dussel e Santiago Castro-Gómez, Porto-Gonçalves (2005) problematiza a herança eurocêntrica que delimita a produção do conhecimento científico regional, oferecendo subsídios essenciais para se pensar a geopolítica do saber (Mota Neto, 2015).

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2005) aponta que, para além das desigualdades estruturais impostas pelo colonialismo e pelo imperialismo, há também uma herança epistemológica eurocêntrica que restringe a forma como compreendemos o mundo. Esse legado, segundo o autor, fez com que determinados conhecimentos sejam considerados universais, enquanto outros são desvalorizados ou invisibilizados, conforme apontado anteriormente por Quijano (1992).

A referência a Walter Mignolo, teórico da Rede Modernidade/Colonialidade reforça a necessidade de questionarmos a noção de que os gregos "inventaram o pensamento". Porto-Gonçalves (2005), defende que o pensamento existe em todos os povos e culturas, evidenciando a diversidade epistêmica. Esse reconhecimento, segundo o autor, amplia as possibilidades de conhecimento ao valorizarmos as formas distintas de saberes, incluindo aquelas historicamente marginalizadas, como os saberes indígenas, africanos e populares.

Juventudes brasileiras e argentinas: aproximações e diferenças

No plano jurídico e das políticas públicas, a Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude, estabelecendo direitos, princípios e diretrizes para as políticas públicas de juventude, bem como o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). A partir desse marco normativo, o Estado brasileiro reconhece como jovens os sujeitos com idade entre 15 e 29 anos, ampliando a compreensão da juventude para além da adolescência e incorporando dimensões relacionadas à inserção social, econômica, política e cultural (Brasil, 2013).

O Estatuto da Juventude reconhece a pluralidade das experiências juvenis e estabelece como princípios fundamentais a participação social e política, o respeito à diversidade e a promoção de condições que assegurem trajetórias marcadas pela dignidade, pela não discriminação e pela justiça social. Ao afirmar a juventude como sujeito de direitos, o marco legal explicita a necessidade de políticas públicas que considerem as desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias juvenis, especialmente no que se refere ao acesso à educação e ao exercício da cidadania.

As juventudes amazônicas, majoritariamente negras, pobres e periféricas, vivenciam processos de transição para a vida adulta profundamente marcados pela precarização do trabalho, pela violência estatal, pelo racismo estrutural e pela fragilidade das políticas públicas. Nesses contextos, o acesso à Educação Superior aparece como uma “possibilidade” ou “promessa” de mobilidade social, e como espaço de lutas, no qual se evidenciam as hierarquias herdadas da colonialidade do poder (Souza, 2024).

Diferentemente do Brasil, que institucionalizou a juventude como categoria jurídica por meio do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), a Argentina não dispõe de um marco legal único que a defina segundo uma faixa etária uniforme. A condição juvenil é juridicamente fragmentada, resultando da articulação entre normas civis e políticas públicas setoriais. A maioria civil foi fixada aos 18 anos pela Lei nº 26.579, mas o ordenamento argentino reconhece formas graduais de capacidade jurídica, permitindo o exercício de determinados direitos antes dessa idade, como o sufrágio facultativo a partir dos 16 anos.

Na ausência de um estatuto nacional, os critérios etários adotados por órgãos públicos e políticas sociais variam conforme o campo de intervenção, oscilando entre parâmetros internacionais (15–24 anos) e faixas ampliadas que podem alcançar os 30 ou 35 anos. Ou seja, enquanto no Brasil a juventude é uma categoria de direito positivada em um estatuto próprio, na Argentina ela se manifesta como um conceito relacional e fragmentado, definido casuisticamente pela legislação trabalhista, penal, civil e eleitoral.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter analítico-comparativo, orientada por uma perspectiva crítica decolonial. A escolha metodológica decorre da necessidade de compreender os processos sociais, históricos e institucionais que estruturam as travessias juvenis no acesso e na permanência na Educação Superior, considerando as desigualdades que atravessam as trajetórias das juventudes populares em distintos contextos nacionais.

O percurso metodológico fundamenta-se na articulação entre revisão bibliográfica, análise documental e observação participante. Essas estratégias foram mobilizadas de forma complementar, permitindo examinar os fenômenos investigados de maneira relacional e evitando interpretações isoladas. A combinação de fontes buscou contemplar tanto os marcos normativos e institucionais quanto as dinâmicas concretas que conformam as experiências juvenis no interior dos sistemas universitários.

A revisão bibliográfica concentrou-se em produções teóricas e empíricas relacionadas à colonialidade do poder, do saber e do ser, aos estudos sobre juventudes, à Educação Popular e às políticas de acesso e permanência no ensino superior na América Latina. Foram priorizados autores do campo decolonial latino-americano e pesquisas recentes voltadas às desigualdades educacionais e às trajetórias de estudantes de origem popular nos contextos brasileiro e argentino.

A análise documental envolveu legislações educacionais, normativas institucionais e documentos oficiais relacionados ao acesso à Educação Superior. No caso brasileiro, o exame

concentrou-se nos dispositivos vinculados ao Exame Nacional do Ensino Médio e às políticas de ingresso nas universidades públicas. No caso argentino, foram analisados os marcos legais da Educação Superior, com destaque para a Ley nº 24.521, de 1995, e suas modificações posteriores, especialmente a reforma de 2015.

O recorte analítico contempla os contextos brasileiro e argentino, selecionados em razão de apresentarem modelos distintos de ingresso na Educação Superior. No Brasil, a análise incide sobre um sistema marcado pela seletividade antecipada, operada principalmente por exames de larga escala. Na Argentina, examina-se o ingresso irrestrito como política de ampliação do acesso, considerando seus desdobramentos sobre os processos de permanência estudantil.

A dimensão comparativa do estudo não se orienta por hierarquizações entre os sistemas investigados. A comparação busca identificar diferenças, aproximações e tensões entre os modelos de acesso e permanência, considerando as condições históricas, sociais e institucionais que atravessam as juventudes populares em ambos os países.

De forma complementar, o artigo incorpora reflexões decorrentes da experiência de intercâmbio acadêmico realizada na Universidad Nacional de La Plata. A observação participante concentrou-se no acompanhamento de atividades acadêmicas, práticas institucionais e interações estudantis, registradas em diário de campo. Esses registros foram utilizados como elementos de contextualização analítica, em diálogo com a literatura especializada e a análise documental.

A análise organiza-se em torno de duas dimensões centrais, os mecanismos institucionais de acesso e os processos de permanência na Educação Superior, considerando suas expressões específicas nos contextos investigados. A partir da comparação entre Belém do Pará e La Plata, busca-se compreender como diferentes arranjos institucionais produzem formas distintas de seletividade educacional.

Para garantir maior consistência analítica, os documentos mobilizados foram selecionados com base em critérios de relevância institucional, incidência sobre políticas de acesso ao ensino superior e atualidade temporal. Reconhece-se, por fim, que o estudo não pretende generalizações estatísticas, mas a interpretação crítica de tendências estruturais nos processos de democratização da Educação Superior latino-americana.

SELETIVIDADE EDUCACIONAL E TRAVESSIAS JUVENIS: Brasil e Argentina em perspectiva comparada

Essa combinação metodológica possibilita analisar as travessias juvenis como processos historicamente construídos, atravessados por relações de poder e por desigualdades persistentes, evidenciando os limites e as contradições dos projetos de democratização da Educação Superior no contexto latino-americano.

A centralidade dessas experiências suscita, contudo, uma questão fundamental para a análise comparativa: de que modo se configuram as travessias juvenis em contextos nos quais o acesso à universidade é formalmente irrestrito? Esse deslocamento analítico orienta o olhar para o caso argentino, onde a democratização do ingresso convive com outras formas de exclusão e seleção, deslocadas para o interior da trajetória universitária, exigindo uma compreensão ampliada sobre os sentidos da Educação Superior e da permanência das juventudes populares em contextos latino-americanos distintos. Conforme destaca Sotelo (2025, p. 2):

En Argentina, la universidad pública, con su compleja y rica historia, ha sido un escenario privilegiado donde estas tensiones se han manifestado con particular intensidad. El proceso mediante el cual los individuos transitan desde la

educación secundaria hacia la universidad, comúnmente englobado bajo el término ingreso, lejos de ser una mera formalidad administrativa, constituye un fenómeno multidimensional profundamente arraigado en las tramas históricas, sociales, políticas y culturales del país. Comprender la evolución de este concepto y las prácticas asociadas a él es crucial para abordar los desafíos actuales y futuros de la educación superior argentina.

Ou seja, a autora reconhece que a transição do ensino médio para o superior carrega o peso de toda a história social do país. Nesse caso, a experiência argentina de acesso ao ensino superior é distinta da experiência brasileira, não por realizar uma democratização plena da universidade, mas por reconfigurar de maneira específica os mecanismos de exclusão educacional. A Lei de Educação Superior nº 24.521, sancionada em 1995, constitui o principal marco normativo do sistema de educação superior argentino no período pós-reforma constitucional de 1994. O texto original da lei de 1995 estabelecia que as instituições com mais de 50 mil alunos, como é o caso da UNLP, poderiam definir seus próprios regimes de admissão. Isso abria caminho legal para Exames de ingresso eliminatórios e também, *cupos* (vagas) pré-definidos pelas Faculdades (Montenegro, 2017).

Embora reconheça a Educação Superior como parte do sistema educacional nacional, a lei foi historicamente objeto de críticas por introduzir ambiguidades quanto ao papel do Estado, ao financiamento público e à garantia efetiva do direito à educação superior. Nesse sentido, ainda que a Lei nº 24.521 tenha mantido o princípio da gratuidade dos estudos de graduação nas instituições de gestão estatal, ela não o formulou originalmente como um direito subjetivo pleno, abrindo espaço para interpretações sobre a responsabilidade estatal no financiamento e na regulação do sistema.

Tal formulação refletia um modelo no qual a expansão do ensino superior coexistia com mecanismos de diferenciação institucional, avaliação externa e maior protagonismo de lógicas de eficiência e competição (Minutella, 2025; Pennella, 2025).

A modificação introduzida em 2015, por meio da Lei de Implementação Efetiva da Responsabilidade do Estado no Nível de Educação Superior, representou um deslocamento normativo significativo nesse quadro, ao proibir explicitamente qualquer tipo de taxa nas Universidades Públicas na Argentina em nível de graduação, e definiu a Educação Superior como um "bem público e um direito humano pessoal e social.

Ao reformar dispositivos centrais da Lei nº 24.521, a legislação de 2015 consolida a responsabilidade indelegável do Estado Nacional Argentino em garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos em condições de gratuidade nas instituições públicas. Juridicamente, a gratuidade efetiva deixava de ser apenas uma característica histórica do Sistema Universitário argentino, e passou a ser uma obrigação estatal no país.

El Estado nacional, las provincias y la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, tienen la responsabilidad principal e indelegable sobre la educación superior, en tanto la educación y el conocimiento son un bien público y un derecho humano personal y social en el marco de lo establecido por la ley 26.206 (Argentina, 1995).

Antes da reforma de 2015, embora o discurso oficial exaltasse o princípio do acesso amplo às universidades públicas, o ingresso efetivo não se realizava apenas pela manifestação do interesse em estudar. Interpunham-se etapas intermediárias que operavam como filtros acadêmicos, sociais e simbólicos, ordenando seletivamente quem avançava e quem ficava pelo

caminho. Desse modo, o sistema argentino de educação superior articulava a retórica do acesso aberto a mecanismos institucionais de seleção progressiva, que regulavam silenciosamente a permanência. A reforma de 2015 buscou precisamente tensionar esse arranjo, ao afirmar o ingresso irrestrito como direito e redefinir juridicamente os limites da seletividade no interior das universidades públicas.

Quadro 1 – Comparativo antes e depois da reforma de 2015 na Argentina.

Característica	Pré-Reforma (1995-2015)	Pós-Reforma (Após 2015)
Status do Aluno	Candidato a um serviço.	Sujeito de um direito.
Exames de Admissão	Permitidos e comuns (ex: Medicina).	Proibidos como método de eliminação.
Vagas (Cupos)	Podiam ser limitadas por faculdade.	Acesso universal para quem tem nível médio.
Papel da Nivelização	Muitas vezes usada como filtro.	Apoio pedagógico obrigatório sem exclusão.

Fonte: Sistematização do autor (2026).

Na Universidad Nacional de La Plata (UNLP), antes da reforma de 2015, a triagem no acesso à educação superior seguia uma lógica própria, mas alinhada ao modelo seletivo indireto presente em outras universidades argentinas. Formalmente, a UNLP se apresentava como uma universidade de acesso público e gratuito. No entanto, o ingresso efetivo aos cursos era mediado pelos cursos de ingresso organizados por cada faculdade. Esses cursos não eram homogêneos: variavam em duração, conteúdos e, sobretudo, em seu caráter eliminatório ou não.

Em algumas carreiras, o curso de ingresso funcionava como um espaço de ambientação e nivelamento; em outras, era claramente seletivo, com avaliações obrigatórias cuja aprovação condicionava a matrícula definitiva.

Na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE) da UNLP, antes da reforma de 2015, a triagem no acesso à educação superior assumia uma forma mais sutil, porém não menos significativa. Diferentemente de faculdades com forte pressão por vagas, a FaHCE não operava, em regra, com exames de ingresso eliminatórios. Ainda assim, o acesso pleno aos cursos era mediado por dispositivos institucionais que funcionavam como filtros acadêmicos e culturais.

A triagem não se dava por reprovação direta, mas pelo abandono progressivo ao longo do curso. Parte significativa dos ingressantes enfrentava dificuldades para acompanhar o ritmo das atividades acadêmicas e as exigências simbólicas da formação humanística, especialmente aqueles provenientes de trajetórias escolares marcadas por desigualdades. A permanência dependia, assim, da familiaridade com práticas e códigos institucionais que não eram igualmente acessíveis a todos.

Nesse marco, a UNLP diferente da UFPA e UEPA que atuam no Brasil e no Estado do Pará, não possui exames vestibulares eliminatórios. Atualmente com 17 faculdades, a Universidade Pública de La Plata proporciona uma educação pública e gratuita, no qual as inscrições nos cursos de graduação são realizadas de forma virtual, por meio do SIU Guaraní.

Cada candidato pode optar por apenas um curso e não pode estar matriculado, no mesmo ano, em outra universidade nacional argentina ou em outro programa de graduação. Trata-se de um compromisso ético com a instituição e com o próprio projeto de vida acadêmica. Nesse aspecto, a UNLP se aproxima do contexto brasileiro, no qual por meio da Lei Nº 12.089 de 11 de novembro de 2009, proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior no Brasil (Brasil, 2009).

Entretanto, esse modelo contrasta com o sistema brasileiro, no qual a exclusão se antecipa ao ingresso por meio de processos seletivos altamente competitivos, estruturados como barreiras sociais e educacionais. Na Argentina, a exclusão não se apresenta como negação formal do direito de acesso, mas como dificuldade concreta de permanência e conclusão dos estudos. A diferença entre os dois casos não reside, portanto, na presença ou ausência de seletividade, mas na sua localização institucional. Em ambos os contextos, a origem social permanece como variável estruturante das trajetórias estudantis.

A ampliação do acesso promovida pela gratuidade e pelo ingresso irrestrito possibilitou a entrada massiva de jovens das classes populares na universidade argentina. Muitos desses estudantes são a primeira geração de suas famílias a acessar o ensino superior e carregam trajetórias escolares marcadas por desigualdades acumuladas: formações básicas precárias, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, restrições materiais e distanciamento em relação às linguagens e códigos acadêmicos legitimados. O ingresso na universidade assume, nesses casos, um forte valor simbólico, mas não se converte automaticamente em condições efetivas de permanência.

Entretanto, os elevados índices de evasão nos primeiros anos dos cursos universitários evidenciam os limites de uma democratização restrita ao acesso formal. A evasão não pode ser compreendida como resultado de falhas individuais, desinteresse ou falta de esforço, mas como efeito de um conjunto de condições institucionais e sociais que atravessam a experiência universitária. Currículos extensos e fortemente teóricos, ritmos intensos de cursada, avaliações concentradas nos anos iniciais e expectativas implícitas quanto ao domínio prévio de determinados saberes tendem a produzir obstáculos relevante à continuidade dos estudos, sobretudo para estudantes de origem popular.

Estudos recentes sobre permanência universitária na América Latina indicam que estudantes de primeira geração no ensino superior enfrentam maiores taxas de evasão, frequentemente associadas à necessidade de conciliar trabalho e estudo, dificuldades financeiras e distanciamento em relação aos códigos acadêmicos institucionalizados. Esses achados reforçam que a democratização do acesso, quando não acompanhada por políticas estruturadas de permanência, tende a reproduzir desigualdades historicamente sedimentadas.

A noção de seletividade diferida permite apreender esse funcionamento. Ainda que o ingresso seja formalmente irrestrito, a universidade organiza mecanismos internos que filtram, hierarquizam e excluem de forma progressiva. Trata-se de uma seletividade menos visível, porém não menos eficaz, que desloca o custo do fracasso para os próprios estudantes e naturaliza trajetórias interrompidas, prolongadas ou abandonadas. O sistema frequentemente pressupõe a posse de um capital cultural desigualmente distribuído e converte desigualdades de partida em desempenhos acadêmicos diferenciados.

A análise das trajetórias universitárias é central para a compreensão desse processo. As trajetórias teóricas, inscritas nos planos de estudo e nos tempos regulamentares de formação, projetam percursos lineares, contínuos e temporalmente regulados. As trajetórias reais, por sua vez, são marcadas por interrupções, desacelerações, mudanças de curso, retornos tardios e abandonos temporários ou definitivos. Para muitos jovens das classes populares, a universidade não se organiza como espaço de dedicação exclusiva, mas como experiência fragmentada, pela necessidade de trabalhar, pelas responsabilidades familiares e pela instabilidade das condições de vida.

Essas dinâmicas materiais articulam-se a dimensões simbólicas que também produzem exclusão. Mesmo em um sistema que se afirma democrático em termos de acesso, persistem

formas de colonialidade do saber que estruturam currículos, práticas pedagógicas e critérios de legitimação do conhecimento.

Matrizes epistemológicas eurocentradas operam como referência normativa, desvalorizando saberes, experiências e formas de leitura do mundo que não se alinham aos cânones acadêmicos tradicionais. Para muitos estudantes, isso se traduz em sentimentos de estranhamento, inadequação e não pertencimento.

Jovens que não compartilham os *habitus* acadêmicos historicamente valorizados enfrentam maiores dificuldades de inserção nas lógicas universitárias e tendem a ser responsabilizados individualmente por seus insucessos. Discursos meritocráticos, mesmo em um contexto de ingresso irrestrito, contribuem para obscurecer as desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias estudantis, convertendo problemas institucionais em falhas pessoais. O fracasso acadêmico é, assim, naturalizado, e a exclusão passa a ser percebida como consequência legítima de desempenhos individuais.

Do ponto de vista institucional, a fragilidade das políticas de permanência aprofunda esses efeitos. Embora existam iniciativas de apoio econômico, pedagógico e psicológico, elas se mostram fragmentadas e insuficientes frente à complexidade das demandas estudantis. A permanência na universidade depende, em grande medida, das estratégias individuais e familiares dos estudantes, o que reforça as desigualdades entre aqueles que dispõem de maiores recursos materiais e simbólicos e aqueles que não os possuem.

Ao mesmo tempo, o interior das universidades argentinas é atravessado por experiências que desafiam essa lógica. Tutorias acadêmicas, coletivos estudantis, cátedras livres e práticas de educação popular universitária constituem tentativas de enfrentar a seletividade interna e de produzir formas alternativas de acolhimento, apoio e produção de conhecimento. Ainda que não assumam a forma dos cursinhos populares brasileiros, essas iniciativas disputam sentidos sobre a universidade, questionam a naturalização do fracasso e afirmam o direito à educação superior como direito substantivo.

A análise do caso argentino, particularmente a partir da experiência da UNLP, permite problematizar leituras celebratórias da democratização do ensino superior. O ingresso irrestrito representa um avanço político significativo, mas revela-se insuficiente quando não articulado a políticas consistentes de permanência, à transformação das culturas acadêmicas e à revisão crítica das epistemologias que estruturam a universidade.

Democratizar o ensino superior exige o reconhecimento das trajetórias concretas dos estudantes e o enfrentamento das desigualdades que se reproduzem no interior da própria instituição. A análise desenvolvida sugere que a universidade pública latino-americana permanece marcada por disputas em torno do acesso, da permanência e do reconhecimento social dos saberes. Tal constatação reforça a necessidade de políticas educacionais que articulem democratização formal e transformação institucional efetiva.

Entre a ampliação formal do ingresso e as dificuldades reais de permanência, as juventudes elaboram estratégias de resistência e produzem saberes que colocam em questão os modelos universitários herdados da modernidade colonial. É nesse contexto que se delineiam os limites e as possibilidades da democratização universitária na Argentina e no Brasil.

No contexto brasileiro, ainda que políticas de expansão e ações afirmativas tenham ampliado o acesso de estudantes de origem popular, a permanência universitária permanece atravessada por dificuldades materiais, acadêmicas e simbólicas. Custos indiretos da formação, necessidade de conciliação entre trabalho e estudo e desigualdades na formação básica desafiam a continuidade das trajetórias estudantis, indicando que a seletividade não se encerra no ingresso.

Quadro 2 – Comparativo entre o ingresso e permanência no Ensino Superior entre Brasil (Belém) e Argentina (La Plata).

Dimensão	Brasil (Belém)	Argentina (La Plata - UNLP)
Tipo de seletividade	Antecipada (acesso)	Diferida (permanência)
Instrumento central	ENEM / SISU	Cursos de ingresso por faculdade + disciplinas iniciais
Momento da exclusão	Pré-ingresso	Durante o curso (primeiros anos)
Papel do Estado	Regulação centralizada do acesso	Garantia formal de acesso irrestrito
Efeito social	Filtragem prévia dos candidatos	Evasão e reprovação massivas

Fonte: Sistematização do Autor (2026).

Desse modo, as travessias juvenis analisadas neste subtópico revelam que a Educação Popular, longe de ser apenas uma estratégia local de enfrentamento às desigualdades, constitui-se como prática político-pedagógica latino-americana de resistência à colonialidade, reafirmando o direito das juventudes populares à universidade, ao conhecimento e à produção de futuros possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese que orientou este estudo confirma-se na medida em que a análise evidencia que, no Brasil, a seletividade se concentra predominantemente nos mecanismos de acesso, enquanto na Argentina ela se desloca para os processos de permanência, manifestando-se sobretudo nos primeiros anos dos cursos universitários.

A análise comparativa entre as travessias juvenis em Belém do Pará e em La Plata revela que, embora Brasil e Argentina adotem modelos institucionais distintos de acesso ao Ensino Superior, ambos os sistemas permanecem profundamente atravessados pela herança da modernidade/colonialidade. O estudo evidencia que a democratização da universidade na América Latina não se resolve apenas com marcos legais ou mudanças administrativas, pois as estruturas de poder, saber e ser continuam a operar como mecanismos eficazes de exclusão das juventudes populares.

No cenário brasileiro, a seletividade manifesta-se de forma antecipada. Exames de larga escala, como o ENEM, funcionam como filtros sociais e territoriais que barram o ingresso de jovens das periferias antes mesmo que ocupem o espaço acadêmico, legitimando privilégios sob o manto de uma neutralidade meritocrática.

Por outro lado, o contexto argentino, amparado pela reforma da Lei nº 24.521 em 2015, consolidou o ingresso gratuito e irrestrito como um direito humano. No entanto, a exclusão não foi eliminada; ela foi diferida para o interior da trajetória universitária. A falta de políticas de permanência robustas e a persistência de currículos eurocêntricos estão associados a elevados índices de evasão em uma seletividade interna que penaliza aqueles que não detêm os códigos acadêmicos dominantes.

Cabe destacar que esta análise apresenta limites próprios de um estudo qualitativo de caráter interpretativo. A ausência de levantamento estatístico sistemático e de entrevistas estruturadas restringe a possibilidade de generalizações empíricas mais amplas. Ainda assim, a articulação entre revisão bibliográfica, análise documental e experiência situada permite

identificar padrões analíticos relevantes para a compreensão das desigualdades educacionais na América Latina, sobretudo no que se refere às juventudes populares.

Portanto, conclui-se que a superação da colonialidade na Educação Superior exige o reconhecimento de que o acesso formal é apenas o primeiro passo. A Educação Popular, em suas variadas formas seja nos cursinhos populares no Brasil ou nas tutorias e coletivos na Argentina, surge como uma prática de resistência vital que questiona a naturalização do fracasso escolar. Democratizar a universidade requer, obrigatoriamente, enfrentar as desigualdades raciais, de classe e territoriais, transformando a instituição em um espaço que não apenas receba as juventudes populares, mas que valide seus saberes e garanta a conclusão de suas travessias com dignidade.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ley n.º 24.521, de 20 de julio de 1995. Ley de Educación Superior. Buenos Aires: Honorable Congreso de la Nación Argentina, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BRASIL. Parecer CNE/CP 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei n. 12.089, de 11 de novembro de 2009. Proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009.

CUASPA ROPAÍN, Julián David; URQUIDI, Vivian Grace Fernandez Davila. A experiência do Cursinho Popular Mirna Elisa Bonazzi, da Rede Emancipa: reflexões em torno da educação popular como pedagogia descolonial. 2018.

DE SOUZA, Sheila Ataíde Domingues. Desigualdade social, juventude e emancipação: desafios e possibilidades. Revista Interdisciplinar Sulear, n. 19, p. 151-166, 2024.

FIOR, Camila Alves; MARTINS, Maria José. Experiências de escolarização de jovens de camadas populares que ingressam no ensino superior. Cadernos do Aplicação, v. 34, n. 2, 2021.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCEZ FILHO, Antônio Cesar Lopes et al. Influência da renda no desempenho dos estudantes no ENEM: uma análise longitudinal. Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 22, n. 2, p. 202-225, 2025.

IANNI, Octavio. (org.). Karl Marx: sociologia. Coleção Os grandes cientistas sociais. 4 ed. São Paulo: Ática, 1984.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 127-167.

MINUTELLA, Ileana Paz. Tensiones entre autonomía universitaria y control estatal en torno al sistema de evaluación de la calidad en Argentina. Debate Universitario, v. 18, n. 27, p. 25-52, 2025.

MONTENEGRO, Elizabeth Bárbara Jérica. Políticas de acceso a la Universidad Nacional de La Plata: un análisis de las estrategias de ingreso desde la sanción de la Ley de Educación Superior (1995-2015). Investigación Joven, v. 6, n. 1, p. 1-10, 2019.

MONTENEGRO, Jesica. La construcción del ingreso como política de inclusión en la Universidad Nacional de La Plata (1995-2015). Archivos de Ciencias de la Educación, v. 11, 2017.

MOTA NETO, João Colares da. Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MOTA, João Colares da; STRECK, Danilo R. Fontes da educação popular na América Latina: contribuições para uma genealogia de um pensar pedagógico decolonial. Educar em Revista, v. 35, p. 207-223, 2019.

PENNELLA, María Laura. La autonomía de las universidades nacionales argentinas y sus sistemas de control interno. En las Fronteras del Derecho, v. 4, 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. A colonialidade do saber: eurocentrismo, ciências sociais perspectivas latino-americanas. In: LANDER, Edgar (org.). Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 3-5.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. Perú Indígena, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Marcia Betania; SILVA, Maria Kélia. Tensões sem medida: impactos da reforma na escola de ensino médio. Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 8, n. 23, p. 134-159, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v8i23.1564>. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1564>. Acesso em: 18 set. 2025.

SANTOS, Laís Santana. A juventude de origem popular em busca do ensino superior público: entre sonhos, dificuldades e desigualdades. Scientia Plena, v. 5, n. 11, 2009.

SILVA, Sâmia Batista e. Design nas bordas: juventude periférica, re-existências e decolonialidade em Belém do Pará. 2022. Tese (Doutorado em Design) - Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SOTELO, Lucrecia Agustina. Sobre los ingresos, el acceso y el inicio a la universidad argentina: un estudio a través del tiempo. *Praxis Educativa*, v. 29, n. 3, p. 152-172, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Nota oficial sobre o Fator de Atenuação das Desigualdades de Acesso. Belém, 2024.

| **Submetido em:** março de 2026
| **Aprovado em:** julho de 2026
| **Publicado em:** setembro de 2026